



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 30

MANDATO 2021/2025

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1. – Aprovação da ata n.º 28 de 30.09.2024. -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 – Mapa de Pessoal para 2025. -----

2.2 - Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública e Versão Final da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Valongo (PDMV); -----

2.3 - Contração de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 870.000,00€ (oitocentos e setenta mil euros) para financiamento da aquisição do terreno da Casa da Democracia Local, ao abrigo do n.º 1 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual – Adjudicação; -----

2.4 - Proposta de celebração de Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto. -----

3. - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Verónica Maria Loureiro, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria Manuela Moreira da Rocha. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Ana Cláudia Silva Almeida, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Hugo Jorge da Rocha Padilha, João Paulo da Silveira Nunes, José António Ribeiro de Carvalho, Maria da Trindade Morgado do Vale, Mário Rui Oliveira Monteiro, Rogério Henrique Palhau e Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa tendo sido substituídos, respetivamente, por Miguel Cardoso Ferreira, Ana Paula Lourenço, Daniel Filipe Pinto Moreira, Manuel Fernando Almeida Ferreira Pinho, Rui Fernando Marques da Silva, Pedro Miguel Fernandes Teixeira, Debora Sofia Magalhães Espinheira, André Diogo Pereira Teixeira e Joana Catarina Martins Machado. -----

Verificou-se a falta do Membro André Diogo Pereira Teixeira devido a imprevisto de última hora. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções deu a palavra aos Membros da Assembleia. ----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que há mais de uma década de contestação relativamente à agregação das freguesias de Campo e Sobrado, duas vilas do concelho de Valongo que estão prestas a recuperar a sua autonomia administrativa. -----

A aprovação da desagregação pelo grupo de trabalho da Assembleia da República assinala o desfecho de um processo longo e complexo iniciado logo após a contestada agregação de freguesias pela Lei n.º 11-A/2013. ----

A lei foi implementada pelo Governo do PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, com o objetivo de reduzir custos administrativos, em Valongo essa decisão foi amplamente criticada. -----

Em abril de 2022 a Assembleia de Freguesia de Campo e Sobrado votou, unanimemente, a separação das freguesias, com o apoio da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Valongo que reconheceram a legitimidade da reivindicação popular. -----

Em 2022 o Governo PS, liderado por António Costa, iniciou o processo de reconversão das agregações de freguesias erradamente efetuadas, o grupo de trabalho da Assembleia da República iniciou o processo em 2023 que viu os seus trabalhos interrompidos com a queda, inesperada, do Governo, tendo retomado os trabalhos logo após o novo Governo ter sido empossado. -----

No dia 5 de dezembro, último, a Assembleia da República votou favoravelmente a desagregação das freguesias, com exceção do Grupo Parlamentar do CHEGA cuja abstenção não podem deixar de lamentar. -----

No próximo mês de janeiro terão o processo concluído com a votação final da Assembleia da República, Valongo, finalmente, voltará a ter as cinco freguesias, que simbolizará uma vitória histórica das comunidades envolvidas, cuja luta pela separação reflete a importância da participação cívica em Valongo. -----

Será um marco histórico para as freguesias de Campo e de Sobrado que voltarão a retomar as suas identidades administrativas e culturais fortalecendo as suas tradições e oferecendo serviços mais próximos à população, contribuindo com as suas características únicas para uma maior promoção do Município. -----

Durante 12 anos o executivo municipal liderado pelo PS sempre tratou as suas localidades como territórios distintos, respeitando as suas especificidades, o Grupo Municipal do PS corrobora essa visão, congratula-se com o fecho da desagregação que corrige um erro do passado, mas, também, representa um futuro promissor para ambas as localidades com a autonomia renovada e uma gestão mais próxima e eficiente. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Pedro Miguel Fernandes Teixeira**, disse pretender saber qual o ponto de situação da requalificação da rua Outeiro do Moinho e rua Central da Retorta. -----

A rua São Sebastião, em Campo, paralela às bombas da BP que vai em direção ao Centro Cívico encontra-se muito degradada, gostaria de saber se existe algum plano de requalificação para essa rua. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quanto ao Campo de Futebol Balselhense, cuja posse foi tomada pela Câmara Municipal de Valongo, pretendia saber se existe algum projeto para aquele equipamento. -----

De seguida deu os parabéns a todas as entidades envolvidas no dossier de desagregação das freguesias de Campo e de Sobrado, pois foram muitos anos de trabalho e pessoas envolvidas. -----

O Membro d Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, apresentou o seguinte Voto de Pesar: -----

Voto de Pesar em Memória de Adelino Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro -----

No 4 de dezembro de 2024, cumpre-se 44 anos do trágico falecimento de Adelino Amaro da Costa, Francisco Sá Carneiro, acompanhantes e pilotos da aeronave, vítimas de um atentado aéreo, como foi confirmado pela 10.^a Comissão de Inquérito da Assembleia da República, em maio de 2015. -----

Adelino Amaro da Costa, um dos fundadores do CDS, destacou-se como um parlamentar de grande brilho e foi o primeiro civil a ocupar com grande competência o cargo de Ministro de Defesa Nacional no Governo da Aliança Democrática, presidido pelo Francisco Sá Carneiro. Sua inteligência reflete-se também em obras como a Declaração de Princípios do CDS, os Escritos do Governo e os Depoimentos sobre Defesa Nacional, que imortalizaram o seu pensamento perspicaz e visionário. -----

A sua memória é mantida viva pela sua notável contribuição intelectual e pela sua ação política, que continuam a ser reconhecidas como essenciais para a construção e fortalecimento da democracia portuguesa. Não deixa de ser impressionante notar que as grandes batalhas que Adelino Amaro Costa travou permanecem relevantes: desde a luta contra o desequilíbrio demográfico até à Reforma do Estado, o fortalecimento da sociedade civil e da iniciativa privada, além do aprofundamento projeto europeu. -----

Francisco Sá Carneiro, por sua vez, foi uma figura política de enorme impacto no sec. XX em Portugal, cujas ações deixaram profundas marcas na sociedade. Faleceu aos 46 anos, quando ainda tinha muito a realizar como primeiro-ministro reformista. Estava a promover a superação dos traumas e divisões do passado recente em Portugal, ao mesmo tempo que impulsionava o desenvolvimento económico e as negociações para adesão à CEE, um sonho que infelizmente só se concretizou após a sua morte. Mais importante ainda, ele conseguiu restaurar a ordem política, abrindo caminho para a extinção do Concelho de revolução. -----

Apesar das suas mortes prematuras, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, continuam a ser referências nacionais como políticos sérios e responsáveis, que se dedicaram de forma incansável à construção de um país mais democrático e desenvolvido. Numa época em que se agrava o distanciamento entre políticos e eleitores, e em que forças extremistas ganham terreno tanto à esquerda quanto à direita, é fundamental recordar o exemplo daqueles que, com seriedade e convicção, procuraram, através da ação política construir uma nação mais justa, livre, democrática e solidária. -----

O Grupo Municipal CDS/PP propõe que, na reunião da Assembleia Municipal de Valongo de 18 de dezembro de 2024, se delibere: -----

Homenagear Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e os seus acompanhantes no seu voo fatal, em razão do 44º aniversário das suas mortes, com um minuto de silencio. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, apresentou a seguinte Moção: -----

Moção – Pela reabertura da Linha de Leixões em toda a sua extensão -----

Na discussão em sede do Orçamento do Estado foi aprovada, por proposta do PCP, com os votos contra do PSD e CDS, e abstenções do Partido CHEGA e Iniciativa Liberal, a reabertura da Linha de Leixões em toda a sua extensão. -----

Congratulando-nos pela abertura parcial da linha entre Campanhã e Leça do Balio, não podemos deixar de alertar para o risco de ser cometido o mesmo erro aquando da abertura da linha em 2005, quando não foi acompanhada das medidas que potenciasssem a sua ampla utilização e que acabou por encerrar por falta de procura. -----

Com a linha construída e possibilidade de servir centenas, milhares de pessoas que vivem nos grandes aglomerados populacionais ou em grandes unidades industriais e concentrações de trabalhadores, é cada vez mais evidente que só por falta de vontade política é que ainda não está em funcionamento em toda a sua extensão. -----

Anúncios mais recentes da CP e Governo apontam para a repetição do erro de 2005, nomeadamente através de reabertura da linha sem ligação a Ermesinde e Leixões nomeadamente, junto à paragem de metro do Senhor de Matosinhos, deixando de fora centenas de milhares de potenciais utentes. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 18 de dezembro de 2024, delibera: -----

Apelar ao Governo para que cumpra a decisão da Assembleia da República de reabertura da linha de Leixões a passageiros em toda a sua totalidade, acompanhada por ajustes e adaptações nas paragens de forma a servir condignamente as grandes concentrações de população e de trabalhadores, no percurso entre Leixões e Campanhã, com passagem por Ermesinde. -----

Enviar esta moção e o resultado da sua votação ao senhor Presidente da Assembleia da República, senhor Primeiro-Ministro, senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação e Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que pretendia abordar uma situação que não se passa só em Valongo, mas em vários locais. -----

Com a questão de falta de habitação estão a assistir a um problema que existiu em meados da segunda metade do séc.. XX, estão a assistir à implementação de ilhas, não várias casas seguidas dentro de um espaço apertado, mas dentro do mesmo teto. -----

Algumas casas, nomeadamente na rua Portocarreiro, em Ermesinde, estão a ser alugadas ou adquiridas e transformadas, depois são subalugadas à divisão, começando-se a assistir a várias famílias debaixo do mesmo teto. -----

Esta situação tem dois problemas essenciais, um no imediato que são as condições de vida dessas famílias, outro que sairá caro à sociedade que será no futuro resultado do crescimento e acompanhamento principalmente das crianças que estão nessas famílias. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Há relatos de vizinhos em que várias famílias com crianças pequenas a viverem em casas partilhadas, a utilizar a mesma casa de banho e o mesmo espaço, além disso trata-se do crescimento psicológico, a criação da personalidade dessas crianças, a falta de privacidade, os perigos a que estão expostos. -----

Assim, gostaria de saber se a Câmara tem conhecimento dessas situações e se tem havido algum acompanhamento ou se está previsto algum acompanhamento que possa ser feito em relação a essas pessoas, principalmente as crianças. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que em relação à desagregação das freguesias de Campo e de Sobrado, em primeiro lugar agradecia à Comissão que foi constituída para lutar por esse desígnio, e lembrar que se trata de uma bandeira de nenhum partido, mas sim a bandeira de uma população, principalmente de Campo e de Sobrado. -----

Perguntou de seguida se há alguma data prevista para a construção do passeio entre a rua das Pereiras e a rua Amaro Lopes, que são cerca de 50 metros. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, **Alfredo Costa Sousa**, disse que, na altura, foi defensor da não agregação de freguesias, foi a Lisboa, nessa altura houve grandes manifestações para lutar contra a forma exagerada da lei, chamada de Lei Relvas, que não ouviu a população nem as autarquias. -----

Foi elemento de uma plataforma nacional anti agregação de freguesias, foi ao Parlamento falar com os partidos, muitas vezes sentiu que estavam a lutar contra paredes, que eram muito poucos tendo em conta o silêncio gerido pelos partidos, mas continuaram sempre a lutar. -----

Agora, estão no ponto em que conseguiram a desagregação, foi um técnico da Junta de Freguesia que preparou o dossier da União de Freguesias de Campo e Sobrado para ser presente à Assembleia da República, foi criada uma comissão de vários partidos, com todas as pessoas que a quisessem integrar para defender a desagregação das freguesias. -----

De seguida agradeceu a todos os que estiveram envolvidos para que se concretizasse o objetivo de desagregar as freguesias de Campo e de Sobrado. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Armando Gabriel Teixeira Baltazar**, apresentou a seguinte Moção: -----

Moção – Por um SNS mais humanitário e mais igualitário -----

A falta de adaptação de muitos órgãos públicos e privados pode afetar bastante processos de inclusão social, caso tais órgãos não se tornem acessíveis a pessoas portadoras de deficiência. -----

Apesar da existência de direitos e leis de apoio e proteção às pessoas com deficiência, a sua inclusão social é uma questão muito delicada. É frequente o preconceito, o desrespeito é notável, a falta de acessibilidade, a consciencialização da sociedade é enorme. -----

Um exemplo: -----

Fiquei surdo no dia em que completei 13 anos de idade. Tenho atualmente 73 anos e, neste período de 60 anos, sempre que necessitei de cuidados médicos, com mais ou menos dificuldades sempre se resolveu a comunicação, com o meu esforço e disponibilidade de quem me atendeu. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No pretérito mês de julho tive uma consulta na ULS São João e, pela primeira vez na minha vida, neste Portugal Europeu do séc. XXI, a médica que me atendeu foi de uma insensibilidade tremenda, não se designou a tirar a máscara cirúrgica que usava para eu tentar ler os lábios dela e, também, depois de eu lhe solicitar, negou-se a comunicar comigo através da escrita. -----

Senti-me furioso, humilhado, discriminado e interroguei-me como ainda é possível haver tão forte surdez mental, de quem deveria demonstrar sentido humanitário e inclusivo, para aqueles que atendem no dia a dia. -----

Com a minha insistência, e a contragosto, lá se dignou escrever umas palavras, parcas, mas que possibilitaram que a consulta se realizasse. -----

A finalizar, “exigiu” que, na próxima consulta, em janeiro, eu leve acompanhante. -----

Se em meu lugar, surdo total bilateral, pós-locutivo, com fluência do português falado e escrito, esta consulta fosse com uma pessoa surda de nascença, não oralizada, com escolaridade mínima e escassos conhecimentos do português escrito, o que aconteceria? Como haveria comunicação? Como, em consciência, a médica poderia inteirar-se do problema e decidir bem o tratamento. -----

Prezados Membros de todos os órgãos autárquicos, caras e caros munícipes, -----

- Considerando que todas as pessoas surdas têm o direito de pleno acesso aos serviços de saúde. -----

- Considerando que os serviços de saúde deverão privilegiar a humanização e disponibilizar os meios em igualdade a todos os doentes que a esses serviços recorrem. -----

- Considerando que um serviço de saúde como a ULS São João, um serviço público, e já agora todas as ULS públicas, deverão eliminar as eventuais barreiras na comunicação com as pessoas surdas, quando estas recorrem aos mesmos. -----

- Considerando que a melhor forma de eliminar a barreira de comunicação que a surdez implica será admitir intérprete de Língua Gestual Portuguesa, em vez de serem as pessoas surdas a levarem os mesmos, quando possível, como a médica me “exigiu”? -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 18 de dezembro de 2024, delibera apelar: -----

À Senhora Presidente do Conselho de Administração da ULS São João, que: -----

- proceda a um levantamento de população surda que se encontra na área da atuação da ULS São João e que, simultâneo, -----

- defina procedimentos de agendamento de consultas para esta população (em contexto hospitalar ou nos cuidados de saúde primários) que contemplem a mobilização dos recursos humanos necessários à plena participação dos cidadãos (utentes); -----

- estabeleça como necessidade a contratação de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa para o quadro de pessoal da ULS, de modo a permitir aos utentes portadores de surdez o pleno acesso aos cuidados de saúde. --

Ao Governo, que considere uma prioridade, em todas as ULS do país, a contratação de intérpretes de Língua Gestual. -----

Aos grupos Parlamentares na Assembleia da República para, no quadro das suas competências e atribuições, desenvolverem ações que permitam concretizar e aprofundar um acesso ao Serviço Nacional de Saúde pleno, sem barreiras e sem discriminação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Que desta Moção seja dado conhecimento: -----

- à Senhora Presidente do Conselho de Administração da ULS São João -----
- ao Governo, na pessoas do Senhor Primeiro-Ministro e da Ministra da Saúde -----
- a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----
- ao Senhor Presidente do Instituto Nacional para a Reabilitação -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que saudava a decisão da desagregação da freguesia de Campo e Sobrado, desde que foi eleito Presidente da Câmara sempre mencionou o nome das cinco freguesias. -----

Relativamente à questão colocada pelo Membro João Paupério sobre os passeios, está a ser feito um projeto para essa zona. -----

Quanto à questão colocada pelo Membro Fernando Barbosa sobre a habitação, no caso concreto da rua Portocarreiro não tem conhecimento da situação, mas não o espanta que ocorram essas situações porque acompanha a vida do país e sabe que há pessoas que não se preocupam com a dignidade da pessoa humana sejam crianças ou não, essas situações devem ser denunciadas. -----

Disse de seguida que, amanhã, vão fazer a escritura das 44 frações de Mirante de Sonhos que estão, há 23 anos, inacabados, vandalizados, e depois de muita luta conseguiram adquirir essas 44 habitações, um investimento de 6 milhões de euros, para serem reabilitadas e posteriormente atribuídas a famílias em regime de renda apoiada. -----

O senhor Vereador, **Paulo Esteves Ferreira**, disse que relativamente à intervenção do Membro Pedro Teixeira foram feitas sessões de participação na Junta de Freguesia de Campo, quanto à rua central da Retorta não houve grande adesão da população, mas foi um processo participado, foi apresentado o projeto daquilo que era intenção de fazer, o projeto que estava numa fase inicial recebeu os contributos e teve uma alteração. O projeto está em fase final, demorou praticamente um ano a ficar concluído. -----

Quanto à rua Central da Retorta, rua Outeiro do Moinho e rua D. Sebastião os projetos estão concluídos e vão ser lançados para execução, aliás as obras estão inscritas no PPI. -----

Relativamente ao campo do Balselhense, pretendem ouvir a população, vão fazer um processo participativo com a comunidade, para que nasça um processo que seja importante para aquela comunidade e que seja utilizado por todos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS: -----

Moção – Por um SNS mais humanitário e mais igualitário -----

A falta de adaptação de muitos órgãos públicos e privados pode afetar bastante processos de inclusão social, caso tais órgãos não se tornem acessíveis a pessoas portadoras de deficiência. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Apesar da existência de direitos e leis de apoio e proteção às pessoas com deficiência, a sua inclusão social é uma questão muito delicada. É frequente o preconceito, o desrespeito é notável, a falta de acessibilidade, a consciencialização da sociedade é enorme. -----

Um exemplo: -----

Fiquei surdo no dia em que completei 13 anos de idade. Tenho atualmente 73 anos e, neste período de 60 anos, sempre que necessitei de cuidados médicos, com mais ou menos dificuldades sempre se resolveu a comunicação, com o meu esforço e disponibilidade de quem me atendeu. -----

No pretérito mês de julho tive uma consulta na ULS São João e, pela primeira vez na minha vida, neste Portugal Europeu do séc. XXI, a médica que me atendeu foi de uma insensibilidade tremenda, não se designou a tirar a máscara cirúrgica que usava para eu tentar ler os lábios dela e, também, depois de eu lhe solicitar, negou-se a comunicar comigo através da escrita. -----

Senti-me furioso, humilhado, discriminado e interroguei-me como ainda é possível haver tão forte surdez mental, de quem deveria demonstrar sentido humanitário e inclusivo, para aqueles que atendem no dia a dia. -----

Com a minha insistência, e a contragosto, lá se dignou escrever umas palavras, poucas, mas que possibilitaram que a consulta se realizasse. -----

A finalizar, “exigiu” que, na próxima consulta, em janeiro, eu leve acompanhante. -----

Se em meu lugar, surdo total bilateral, pós-locutivo, com fluência do português falado e escrito, esta consulta fosse com uma pessoa surda de nascença, não oralizada, com escolaridade mínima e escassos conhecimentos do português escrito, o que aconteceria? Como haveria comunicação? Como, em consciência, a médica poderia inteirar-se do problema e decidir bem o tratamento. -----

Prezados Membros de todos os órgãos autárquicos, caros e caros munícipes, -----

- Considerando que todas as pessoas surdas têm o direito de pleno acesso aos serviços de saúde. -----

- Considerando que os serviços de saúde deverão privilegiar a humanização e disponibilizar os meios em igualdade a todos os doentes que a esses serviços recorrem. -----

- Considerando que um serviço de saúde como a ULS São João, um serviço público, e já agora todas as ULS públicas, deverão eliminar as eventuais barreiras na comunicação com as pessoas surdas, quando estas recorrem aos mesmos. -----

- Considerando que a melhor forma de eliminar a barreira de comunicação que a surdez implica será admitir intérprete de Língua Gestual Portuguesa, em vez de serem as pessoas surdas a levarem os mesmos, quando possível, como a médica me “exigiu”? -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 18 de dezembro de 2024, delibera apelar: -----

À Senhora Presidente do Conselho de Administração da ULS São João, que: -----

- proceda a um levantamento de população surda que se encontra na área da atuação da ULS São João e que, simultâneo, -----

- defina procedimentos de agendamento de consultas para esta população (em contexto hospitalar ou nos cuidado de saúde primários) que contemplem a mobilização dos recursos humanos necessários à plena participação dos cidadãos (utentes); -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- estabeleça como necessidade a contratação de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa para o quadro de pessoal da ULS, de modo a permitir aos utentes portadores de surdez o pleno acesso aos cuidados de saúde. --
Ao Governo, que considere uma prioridade, em todas as ULS do país, a contratação de intérpretes de Língua Gestual. -----

Aos grupos Parlamentares na Assembleia da República para, no quadro das suas competências e atribuições, desenvolverem ações que permitam concretizar e aprofundar um acesso ao Serviço Nacional de Saúde pleno, sem barreiras e sem discriminação. -----

Que desta Moção seja dado conhecimento: -----

- à Senhora Presidente do Conselho de Administração da ULS São João -----

- ao Governo, na pessoas do Senhor Primeiro-Ministro e da Ministra da Saúde -----

- a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

- ao Senhor Presidente do Instituto Nacional para a Reabilitação -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: -----

Moção – Pela reabertura da Linha de Leixões em toda a sua extensão -----

Na discussão em sede do Orçamento do Estado foi aprovada, por proposta do PCP, com os votos contra do PSD e CDS, e abstenções do Partido CHEGA e Iniciativa Liberal, a reabertura da Linha de Leixões em toda a sua extensão. -----

Congratulando-nos pela abertura parcial da linha entre Campanhã e Leça do Balio, não podemos deixar de alertar para o risco de ser cometido o mesmo erro aquando da abertura da linha em 2005, quando não foi acompanhada das medidas que potenciasssem a sua ampla utilização e que acabou por encerrar por falta de procura. -----

Com a linha construída e possibilidade de servir centenas milhares de pessoas que vivem nos grandes aglomerados populacionais ou em grandes unidades industriais e concentrações de trabalhadores, é cada vez mais evidente que só por falta de vontade política é que ainda não está em funcionamento em toda a sua extensão. -----

Anúncios mais recentes da CP e Governo apontam para a repetição do erro de 2005, nomeadamente através de reabertura da linha sem ligação a Ermesinde e Leixões nomeadamente, junto à paragem de metro do Senhor de Matosinhos, deixando de fora centenas de milhares de potenciais utentes. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 18 de dezembro de 2024, delibera: -----

Apelar ao Governo para que cumpra a decisão da Assembleia da República de reabertura da linha de Leixões a passageiros em toda a sua totalidade, acompanhada por ajustes e adaptações nas paragens de forma a servir condignamente as grandes concentrações de população e de trabalhadores, no percurso entre Leixões e Campanhã, com passagem por Ermesinde. -----

Enviar esta moção e o resultado da sua votação ao senhor Presidente da Assembleia da República, senhor Primeiro-Ministro, senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação e Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 29 votos a favor e 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

De seguida colocou à discussão o seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP: -----

Voto de Pesar em Memória de Adelino Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro -----

No 4 de dezembro de 2024, cumpre-se 44 anos do trágico falecimento de Adelino Amaro da Costa, Francisco Sá Carneiro, acompanhantes e pilotos da aeronave, vítimas de um atentado aéreo, como foi confirmado pela 10.^a Comissão de Inquérito da Assembleia da República, em maio de 2015. -----

Adelino Amaro da Costa, um dos fundadores do CDS, destacou-se como um parlamentar de grande brilho e foi o primeiro civil a ocupar com grande competência o cargo de Ministro de Defesa Nacional no Governo da Aliança Democrática, presidido pelo Francisco Sá Carneiro. Sua inteligência reflete-se também em obras como a Declaração de Princípios do CDS, os Escritos do Governo e os Depoimentos sobre Defesa Nacional, que imortalizaram o seu pensamento perspicaz e visionário. -----

A sua memória é mantida viva pela sua notável contribuição intelectual e pela sua ação política, que continuam a ser reconhecidas como essenciais para a construção e fortalecimento da democracia portuguesa. Não deixa de ser impressionante notar que as grandes batalhas que Adelino Amaro Costa travou permanecem relevantes: desde a luta contra o desequilíbrio demográfico até à Reforma do Estado, o fortalecimento da sociedade civil e da iniciativa privada, além do aprofundamento projeto europeu. -----

Francisco Sá Carneiro, por sua vez, foi uma figura política de enorme impacto no sec. XX em Portugal, cujas ações deixaram profundas marcas na sociedade. Faleceu aos 46 anos, quando ainda tinha muito a realizar como primeiro-ministro reformista. Estava a promover a superação dos traumas e divisões do passado recente em Portugal, ao mesmo tempo que impulsionava o desenvolvimento económico e as negociações para adesão à CEE, um sonho que infelizmente só se concretizou após a sua morte. Mais importante ainda, ele conseguiu restaurar a ordem política, abrindo caminho para a extinção do Concelho de revolução. -----

Apesar das suas mortes prematuras, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, continuam a ser referências nacionais como políticos sérios e responsáveis, que se dedicaram de forma incansável à construção de um país mais democrático e desenvolvido. Numa época em que se agrava o distanciamento entre políticos e eleitores, e em que forças extremistas ganham terreno tanto à esquerda quanto à direita, é fundamental recordar o exemplo daqueles que, com seriedade e convicção, procuraram, através da ação política construir uma nação mais justa, livre, democrática e solidária. -----

O Grupo Municipal CDS/PP propõe que, na reunião da Assembleia Municipal de Valongo de 18 de dezembro de 2024, se delibere: -----

Homenagear Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e os seus acompanhantes no seu voo fatal, em razão do 44º aniversário das suas mortes, com um minuto de silêncio. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade** tendo-se cumprido um minuto de silêncio. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 1. – Aprovação da ata n.º 28 de 30.09.2024, não se tendo verificado intervenções a ata foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade** pelos presentes na referida reunião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 – Mapa de Pessoal para 2025. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que o Orçamento e Grandes Opção do Plano se trata de um documento estruturante para qualquer governação, nacional ou local, onde estão definidas as opções políticas que significa onde e como vão gastar o dinheiro que se encontra disponível, dinheiro que, por exemplo que vem dos impostos pagos pelos cidadãos. -----

Portanto, têm de fazer opções, saber onde gastar e o que sobra, foi o que o PS fez ao logo dos últimos quase 12 anos de governação que começaram com o mote mudar Valongo, esta foi a grande opção do PS, o compromisso que estabeleceram com as pessoas em 2013, e que renovaram por duas vezes com maiorias esmagadoras. -----

Valongo estava no mapa pelas piores razões, uma Câmara endividada, incapaz de pagar as despesas do dia-a-dia, com uma dívida enorme para pagar e impedida de fazer investimento. Valongo era um concelho dormitório, sem projeção, condenado a mandar para o Porto as suas gentes para o trabalho e lazer, subaproveitando a sua identidade e história. -----

Ao longo deste ciclo político encontraram muitas adversidades, para além da conta bancária pequenina que herdaram do PSD, houve uma pandemia que virou o país do avesso, uma guerra à porta da Europa, mas não se desviaram da ambição inicial. -----

Em 2013 o Orçamento era de 30 milhões de euros e o Plano de Investimentos, que é o dinheiro para gastar, menos de 1 milhão de euros. -----

Para 2025 o Orçamento é de 120 milhões de euros e o PPI fica acima de 40 milhões de euros, não se trata de magia, mas sim de trabalho, competência, rigor, responsabilidade e transparência, boas contas e ser capaz de aproveitar o dinheiro que vem da Europa. -----

A população renovou os mandatos porque criaram uma relação de confiança com os eleitores, orgulho no seu território, foram transparentes, prestaram contas, deram valor ao que era deles, a regueifa, o biscoito, o brinquedo, os Bugios e Mourisqueiros, a ardósia, o património religioso. Com confiança renovada e ampliada por parte dos cidadãos a missão era ampliar a transformação, dar o que faltava os ferroviários, às serras, às Trilobites e aos romanos. -----

Começam nos desenhos e dá-se vida através da cultura, com as festividades, a Feira da Regueifa e do Biscoito, a Festa do Ferroviário, a Festa do Brinquedo e através de obra com a construção de uma rede de oficinas que ficam ao serviço do concelho e quem as quiser visitar. -----

Fez-se, ainda, outra coisa que não se vê, a visão e o pensamento fora da caixa, Valongo tem uma coisa que o Porto não tem, as serras, deram as serras ao Porto, na verdade são de Valongo, mas são metropolitanas, pois têm muito potencial que faltava aproveitar, hoje o trabalho está feito, é conhecido e procurado como a Capital do Desporto Outdoor, o Centro de BTT, Trail Running, trilhos equestres e circuito de contemplação. -----

Cumprir com os compromissos para com os cidadãos é decisivo para que confiem em quem governa, sem dinheiro ninguém faz nada, torna-se impossível dar respostas às muitas necessidades que existem, por isso tiveram de trabalhar arduamente para conquistar, progressivamente, maior saúde e liberdade financeira para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

poderem cumprir com a reabilitação das escolas, que ainda está a acontecer, a Escola Secundária de Ermesinde, a Escola Básica Vallis Longus, a Escola Secundária de Valongo, as escolas do Primeiro Ciclo que estão no orçamento e serão intervencionadas em 2025, como a do Carvalhal, a da Gandra, a da Bela, a do Valado, a de Cabeda, e ainda conseguiram que ficassem salvaguardadas no acordo entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo liderado pelo PS a Escola Básica São Lourenço, a Escola Básica D. António Ferreira Gomes, a Escola Básica e Secundária de Campo, a segunda fase da Escola Secundária de Ermesinde. -----

A intervenção nas vias e arruamentos em todas as freguesias, a lista para 2025 é extensa. -----

Não ficará tudo feito, porque governar é um processo diário, não acaba num ano, e ano a ano é necessário traçar novos horizontes, por isso estão atentos ao PRR, não só nas escolas como na saúde com a construção de novos centros de saúde em Ermesinde, Sobrado e Valongo. -----

Podem fazer um amplo investimento na habitação concretizando o Primeiro Direito, promovendo um parque habitacional digno, que deve ser um imperativo de qualquer governação. -----

Garantir e responder às situações de carência mais críticas, mantendo e reforçando o Fundo de Emergência Social, para **que** ninguém fique para trás. -----

Puderam cumprir com o compromisso de reduzir o IMI para as famílias, planeando o impacto que essa medida teria nas receitas do Município, e por consequência no Orçamento, porque quando baixam os impostos entra menos dinheiro e não podem deixar de ter capacidade para fazer as coisas que as pessoas, legitimamente, esperam que sejam feitas. -----

O Executivo continua a planear devolver o dinheiro à população não só em obras, mas em projetos e serviços na área da educação, da cultura, da ação social, parte do dinheiro é para iniciativas para as pessoas saírem de casa, conhecer e disfrutar o território, conviver para serem mais felizes e saudáveis e isso inclui festa, mas também o projeto ASA que consome uma fatia relevante do orçamento, outra parte bem significativa é gastar na educação como as refeições, atividades extracurriculares, acolhimento e prolongamento de horários, processos de promoção escolar, investimento em equipas multidisciplinares que permite às escolas um trabalho mais diferenciado. -----

As férias escolares, um trabalho consistente, terem um programa de férias escolares que abrange o verão, Páscoa e Natal, mais barato do que todos os outros existentes, públicos e privados, com um custo muito grande, em que o valor pago pelas famílias não cobre o custo desse programa, e aí entra a solidariedade dos impostos, a Câmara usa parte do dinheiro dos impostos para aplicar na iniciativa e aliviar o da ocupação das crianças nas férias escolares para as famílias. -----

O conceito de mobilidade, acessibilidade, valorização das questões ambientais, outro imperativo de consciência no mundo em que vivem, um compromisso com o ambiente é um compromisso com o presente e com o futuro.

O Grupo Municipal do PS reconhece que o Orçamento é uma continuidade que pretende fazer aquilo que têm feito desde 2013, continuar a mudar Valongo com visão, estratégia, ambição, coerência e transparência, com rigor e equilíbrio a pensar nas pessoas para transformar as suas vidas e para que se orgulhem do concelho onde vivem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Ana Paula Lourenço**, disse que o Orçamento e Grandes Opções do Plano representa um instrumento de planeamento fundamental para a gestão pública municipal. -----

Apesar de algumas iniciativas positivas e intenções declaradas está com diversas fragilidades e inconsistências que comprometem a sua execução eficaz e equitativa. -----

Sendo o último orçamento neste ciclo não são esperadas grandes novidades face aos últimos 11 anos do que tem sido as opções do Executivo. -----

Pretende-se abordar os principais aspetos negativos identificados: -----

O planeamento financeiro e execução orçamental, falta de demonstrações financeiras previsionais complementares, embora a elaboração de demonstrações financeiras previsionais complementares não seja obrigatória para a administração local, a ausência destas ferramentas limita a transparência e a capacidade de antecipação de riscos financeiros. Esta lacuna é, especialmente, preocupante diante da relevância e compromissos assumidos e das exigências para o equilíbrio financeiro a longo prazo. -----

Há um excesso de dependência de receitas de capital e financiamento externo, o elevado peso das receitas de capital, 41,69% do total e de passivos financeiros, 10,92%, no orçamento revela uma dependência preocupante das transferências externas e empréstimos. -----

Este cenário aumenta o risco de insustentabilidade financeira, considerando que parte dessas receitas está condicionada a projetos específicos ou de caráter temporário, como os fundos provenientes do PRR. -----

Mais, a partir de 2027 verifica-se uma diminuição da despesa de capital, o que seria positivo, mas a receita será aplicada na liquidação de empréstimos e o que resta para o investimento no concelho. -----

Subestimação das despesas operacionais correntes, apesar do crescimento nas áreas da educação, saúde, ação social, a descentralização de competências, as dotações para despesas correntes parecem insuficientes para absorver completamente o impacto financeiro dessas novas responsabilidades. -----

Além disso, a previsão do aumento de custos operacionais não está claramente alinhada às estimativas económicas e projeções de receitas correntes. -----

Relativamente à gestão de investimentos e projetos plurianuais, embora o Plano Plurianual de Investimentos apresente iniciativas importantes, como o Programa Primeiro Direito, cerca de 35% do orçamento do PPI está concentrado em um único programa de habitação, reduzida margem para atender outras áreas essenciais como infraestrutura e economia local. -----

Esta concentração pode gerar desequilíbrios no desenvolvimento territorial, assim como a execução simultânea de múltiplos projetos de grande envergadura como a construção de novas unidades escolares e centros de saúde pode sobrecarregar os recursos financeiros e logísticos do Município. Além disso não há garantias quanto à conclusão dos projetos no prazo previsto, dado a dependência de financiamento externo. -----

Apesar das iniciativas relacionadas com a sustentabilidade, como o circuito pedonal do rio Ferreira, observa-se uma falta de integração no PPI uma estratégia ambiental abrangente que priorize a preservação dos ecossistemas locais, comprometendo os objetivos de sustentabilidade a longo prazo. -----

O impacto da descentralização de competências, a transferência de competências na área da saúde, educação e ação social não foi acompanhada de um aumento proporcional dos recursos financeiros e humanos, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

documento reconhece a dificuldade na gestão das escolas e unidades de saúde, as soluções apresentadas parecem insuficientes para suprir as lacunas existentes. -----

A ausência de uma estratégia clara para integrar as novas competências à estrutura administrativa e financeira do Município pode gerar dificuldades futuras. A incerteza quanto aos recursos para se manter e operar as novas estruturas é preocupante, considerando que a execução inicial de projetos não garante a sua sustentabilidade. – O documento apresentado tem informações de forma pouco acessível ao cidadão comum, dificultando o seu acompanhamento e compreensão das prioridades principais, a falta de clareza pode limitar a participação cidadã e comprometer a fiscalização. -----

Embora algumas iniciativas de participação sejam mencionadas, como o Orçamento Participativo Jovem a sua abrangência é limitada, a ausência de um mecanismo mais amplo e inclusivo para envolver a população na definição de prioridades é um ponto negativo relevante. -----

Assim, o orçamento para 2025 representa propostas ambiciosas, mas pecam por deficiências significativas em termos de planeamento financeiro, execução de projetos e transparência. -----

As opções tomadas caracterizam-se pela elevada carga fiscal e acrescenta aumentos de encargos para os munícipes, o aumento de 60% nos últimos 2 anos da taxa de resíduos sólidos é apenas um exemplo, por outro lado a opção de canalizar as despesas de capital para obras megalómanas é um exemplo gritante, como a construção do novo edifício da Câmara Municipal, denominada de Casa da Democracia Local, cujo custo final ultrapassará os 30 milhões de euros. -----

Mantém a ausência de projetos verdadeiramente estratégicos e de desenvolvimento do concelho, como deveria ser a criação de vias estruturantes de ligação entre as freguesias e os grandes eixos ferroviários, fundamental para a resolução dos grandes problemas de mobilidade que afetam diariamente os munícipes, que acresce à imperdoável e inexplicável ligação do concelho à rede do Metro, fatos cruciais para o desenvolvimento, competitividade, modernidade, há muito percebido por outros concelhos da Área Metropolitana do Porto, como Gondomar, Vila Nova de Gaia, Maia e Matosinhos. -----

Constata-se um alarmante crescimento de juros de empréstimos em 2025, um aumento de 29,7% face a 2024, que já tinha crescido 45% relativamente a 2023, e será, seguramente, agravado nos próximos anos devido aos períodos de carência contratados. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Rui Fernando Marques da Silva**, disse que em relação às freguesias à desagregação das freguesias de Campo e Sobrado congratula-se enquanto valonguense, bem como o CHEGA também se congratula com a desagregação, quanto à votação na Assembleia da República não se verificaram votos contra. -----

Relativamente ao Orçamento o CHEGA não se revê nas opções e prioridades definidas pelo executivo, como não se revia nos apresentados nos anos anteriores. -----

A Membro Catarina Lobo fez referência a uma série de escolas que vão ser intervencionadas, mas as escolas que referiu estão, de facto, no Plano Plurianual de Investimento, sem financiamento previsto, portanto dificilmente serão intervencionadas em 2025. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O CHEGA não se revê no Orçamento em termos de investimento, centra-se só no investimento, atira para o próximo executivo, a requalificação das escolas básicas São Lourenço, Alfena, D. António Ferreira Gomes, São João de Sobrado, Escola Básica e Secundária de Campo e a segunda fase da Escola Secundária de Ermesinde, não assume por inteiro a requalificação das escolas da Bela, do Carvalhal e a resolução dos problemas de patologia do Valado, e deixa sem financiamento definido a reabilitação dos recreios e escolas EB1 e Jardins de Infância. -----

Não se revê no Orçamento que deixa morrer o projeto acessibilidades 360 para edifícios habitacionais, embora tenha criado uma variante para edifícios desportivos e culturais, projeto esse que impactaria na vida daqueles que têm mais dificuldades de locomoção, mas certamente não significa grande universo eleitoral. -----

Um Orçamento que promove um grande orgulho no executivo em projetos de cariz social, como Paredes que nos Unem, Universidade Sénior, O Mercado ou as instalações de apoio aos sem-abrigo, que no seu conjunto significa pouco mais de 100 mil euros, enquanto prevê gastar 150 mil euros em ciclovias, e se houver dinheiro mais 1,5 milhões de euros em mais ciclovias, e mais 150 mil euros no anfiteatro na serra. -----

Um Orçamento que prevê gastar 1,7 milhões de euros numa piscina em Campo, quando uma similar em Paredes custou, um ano antes, menos de metade. -----

Um Orçamento que cria o projeto Reciclar é Dar Mais, no âmbito do tratamento de resíduos sólidos, no valor de 1,9 milhões de euros, que só se surgir dinheiro caído de algum lado irá por diante. -----

Um Orçamento que, mais uma vez, um projeto que vem de 2016 o Parque do Leça, em Ermesinde, atira para 2026/2027. -----

Um Orçamento que após a construção da Escadaria Cucamacuca, onde já se gastou 770 mil euros, abandonou a maior parte dos projetos para a serra de Valongo, como a preservação da aldeia de Couce, a sinalização e vedação de atividades mineiras, a requalificação do Fojo das Pombas, e não prevê financiamento para a Quinta Pedagógica de Couce, projetos que estão no Plano Plurianual de Investimentos, mas sem financiamento previsto. -----

A Escadaria da Cucamacuca custou mais 50% por metro linear do que custaram os Passadiços do Mondego feitos um ano antes, um projeto muito mais complexo sob o ponto de vista de engenharia, porque assenta sobre vertente rochosa e tem pontos sobre rios. -----

Um Orçamento que, à semelhança de 2024, abandona o projeto das Hortas Biológicas, onde em 2022 se previa investir 920 mil euros e hoje aparece com 1000 euros. -----

Quando se faz uma análise global ao investimento o valor dos projetos previstos, que não tinham à partida financiamento garantido era de 3,6 milhões euros em 2023, em 2024 era de 16,5 milhões de euros contando com a chegada do PRR, que não chegou, em 2025 estão incluídos no Plano Plurianual de Investimentos projetos sem financiamento definido no valor de 62,7 milhões de euros. -----

Estão perante um Plano Plurianual de Investimentos que em 2023 teve uma execução de 55%, relativamente à sua versão original, descontando as trapalhadas da empreitada do edifício dos Paços do Concelho. -----

As prioridades são aquelas que o executivo definir, sabe que vão ser acusados de populismo, mas uma coisa que não nos vão acusar, é de dizerem mentiras, porque tudo aquilo que dizem é baseado nos números que o executivo apresentou e que pode ser comprovado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Trata-se de um Plano Plurianual de Investimentos com o objetivo de iniciar a campanha eleitoral de setembro de 2025, por essas razões o CHEGA irá votar contra. -----

O Presidente da Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, **Alfredo Costa Sousa**, disse que quanto à votação da desagregação das freguesias na Assembleia da República não disse que o CHEGA votou contra, mas também não votou a favor. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que não lhe cabe defender o executivo municipal, ou o Presidente da Câmara, a sua função é pugnar pelo interesse dos ermesindenses e da cidade de Ermesinde. -----

Tem acompanhado o senhor Presidente da Câmara e os vereadores nas escolas básicas e tem a certeza que não têm mentido, vai haver obra, há projetos. -----

Tem visto obra como não se lembra de ver, e vai continuar a ver obra. -----

Disse que nenhum dos presidentes de junta colocaria em causa a sua competência maior em defender as suas terras, e nenhum se sentiria à vontade para votar um documento que não salvaguardasse o interesse do concelho. -----

Como Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde gostaria que o investimento previsto para a cidade de Ermesinde fosse o triplo, mas tem o ónus de tomar as opções para todo o concelho, gostava de mais investimento, de ver mais ruas reabilitadas, mais jardins, mais praças, mais infraestruturas, mais serviços, mas reconhece que a responsabilidade de dirigir os destinos do concelho de Valongo os obriga a tomar opções. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dar os parabéns ao Departamento de Gestão Financeira e Fundos Comunitários pelo trabalho que fez, trata-se de um documento difícil de construir, um Departamento que há 11 anos organiza a prestação de contas, e vão prestar contas mais uma vez. -----

Há 11 anos que prestam contas de tudo, no site tem quanto custa tudo o que fazem, eventos, obras, mais nenhuma Câmara tem esse sistema, existe transparência por mais que isso incomode os outros partidos. -----

Disse de seguida que se trata de um Orçamento de continuidade, como não poderia deixar de ser. -----

Os municípios estão a ser pressionados pelo Governo para executar milhões de euros, estão a exigir prazos, o atual Primeiro-Ministro do PSD, e o anterior do PS, disseram que se o programa do Primeiro Direito não estiver concluído até junho ou julho de 2026 perdem o financiamento. -----

Achou interessante a intervenção do PSD, achou curioso o PSD dizer aos valonguenses, e ficou assustado, que se for governo vai parar tudo, vão acabar os projetos como o ASA, O Mercado, os programas sociais que agora têm. -----

Disse de seguida que a descentralização foi aquilo que o Governo entendeu dar às câmaras municipais, em Valongo funciona bem, na educação as verbas que transferem são suficientes, desde 2015 que têm contabilidade analítica, têm a desmaterialização total e integral desde 2015/2016 no urbanismo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Na saúde exigiram que lhes fossem dadas verbas para a construção no novo Centro de Saúde na Gandra, em Ermesinde, e vão ter o dinheiro, e conseguiram dinheiro para fazer uma intervenção no Centro de Saúde da Bela. -----

Quando foi eleito, em 2013, a capacidade de endividamento era zero, havia uma dívida e a capacidade de endividamento era zero, agora têm muita capacidade de endividamento, em 2013 o peso da receita da dívida era de 100 euros, 12,57%, em 2024 é de 4,78%, o máximo que vai atingir o serviço da dívida em 2027/2028 é quase 8%, 33% inferior ao que encontraram em 2013. -----

Os fundos comunitários não acabam no final do ano, continuam, Valongo é, hoje, muito mais agressivo do ponto de vista de obras e projetos, Valongo está no mapa, antigamente eram notícia pelas piores razões, hoje são conhecidos pelas boas razões, ganharam prémio e reconhecimento internacional. -----

Há 12 anos deputados do Grupo Parlamentar do PSD prometeram dinheiro para a Escola Secundária de Ermesinde e nunca fizeram, prometeram dinheiro para as obras da Escola Básica Vallis Longus que nunca fizeram, entretanto quando já estava na Câmara fez obras na Escola Secundária de Ermesinde, falta o pavilhão, fizeram obras totais na Escola Básica Vallis Longus, têm a obra da Escola Secundária de Valongo a 70%, o pavilhão da Escola Secundária de Ermesinde vai ser feito e pago integralmente pelo PRR. -----

Vão ter obras financiadas pelo PRR, já estão submetidas as candidaturas, obras na Escola São Lourenço, na Escola D. António Ferreira Gomes, na Escola Básica de Alfena, na Escola de Campo e na Escola de Sobrado. –

Na habitação, nos mandatos anteriores já fizeram intervenções em vários empreendimentos em termos de eficiência energética, retiraram o fibrocimento onde gastaram 7 milhões de euros que não foram financiados, resolveram o reequilíbrio económico-financeiro das Águas de Valongo que andava há 8 anos em desequilíbrio.

Herdaram duas concessões de estacionamento em Ermesinde e Valongo, acabaram com elas, fizeram a ligação da avenida dos Descobrimentos, recuperaram a ruína do antigo quartel dos Bombeiros de Valongo, recuperam o pavilhão da Bela, está em recuperação o antigo cinema de Ermesinde, têm feito obra em ruas. -----

Disse de seguida que a maior obra, o maior investimento não é no cimento, é nas pessoas, nas políticas sociais, como o ASA, compraram as antigas instalações das finanças de Ermesinde para abrir um mega espaço para combater a solidão na cidade de Ermesinde, têm O Mercado onde financiam a compra de hortícolas e frutícolas, as Bolsas de Estudo para o ensino superior. -----

Existem problemas graves de solidão, de doença mental, problemas graves de foro psicológico, devem fazer tudo o que possam para as pessoas saírem de casa, conviverem, lerem, irem ao teatro, terem acesso à cultura, porque estarem fechados em casa não é bom. -----

Tiveram o cuidado de trabalhar aquilo que existe e que ninguém quis saber, antigamente trabalhava-se os Bugios e Mourisqueiros, quando estava na oposição votei a favor disso, defendia documentos do PSD, em tempos tive de defender a Carta Educativa, o PSD estava contra a Carta Educativa proposta pelo próprio Presidente, e ele defendeu a Carta Educativa, porque sem a Carta Educativa não havia dinheiro para ajudar as escolas, também era crítico, mas sobre tudo defendia o interesse das pessoas que é para isso que nós existimos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Já havia um trabalho em torno dos Bugios e Mourisqueiros, mas as minas romanas já existem, aqui, há 2000 anos, e ninguém quis saber, começaram a fazer trabalho em torno da tradição do pão, da regueifa, dos biscoitos que existe há pelo menos 300 anos, a tradição do brinquedo português, a promoção do território. -----

Quanto à casa da Democracia Local, a obra iniciou antes da pandemia, depois tiveram azar com a empresa que estava a fazer a obra e com a qual resolveram o contrato, a empresa tentou impugnar, mas o Tribunal rejeitou liminarmente e deu razão à Câmara, tiveram de partir para um novo concurso, estando a obra a decorrer. -----

Para poderem afirmar se uma obra é cara ou não têm de comparar, só podem comparar com uma obra para o mesmo fim, a Câmara Municipal da Trofa custou 20 milhões e 600 mil euros, com uma área de 6.323 metros quadrados, dividindo dá um custo de 3.317 euros o metro quadrado. -----

No caso de Valongo o Tribunal já fixou o valor que tem de ser pago ao proprietário do terreno, já tinham pago 1 milhão e 600 mil euros, e agora foram condenados a pagar mais 600 mil euros, com as atualização dá cerca de 870 mil euros, tiveram de refazer o projeto da praça que são mais 400 mil euros, com as revisões de preços, trabalhos a mais dá um custo de 25 milhões e 920 mil euros, tem uma área útil de 11.600 metros quadrados o que dá um custo de 2.237 euros por metro quadrado. -----

Em termos de fundos comunitários vão conseguir financiar a praça, vão conseguir financiar partes do edifício e vão ter o apoio que as outras câmaras tiveram que é cerca de 1 milhão de euros. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Ana Paula Lourenço**, disse que gostou de ter incomodado o senhor Presidente, é sinal de que lhe deram informação, que uma Membro veio apresentar alguma informação que gostaria de ter tido com mais rigor. -----

Agradece que não ponha palavras no PSD que não disseram, o senhor Presidente é que disse e que deve arcar com aquilo que acabou de afirmar. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Ribeiro**, disse ficar mais tranquilo, só depois da sua intervenção é que o PSD foi clarificar o que quis exatamente dizer, ou seja eu fiz uma coisa para ajudar a pôr o ponto no i. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 – Mapa de Pessoal para 2025, tendo sido **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Favor: 19 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Contra: 7 voos contra, sendo: 5 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA e 1 voto do Grupo Municipal do PAN. -----

Abstenção: 4 abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadão, **João Carlos Santos Castro Paupério**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Efetivamente é um Orçamento bem elaborado, tecnicamente, não seria de esperar outra coisa, e é um projeto muito ambicioso, o que é que me preocupa: -----

Que, efetivamente, não se consiga efetuar, ou seja, executar este Orçamento, e preocupa-me que no próximo ano, o resto do mandato que a todos nós nos envolve, peço que não seja um ano eleitoral, que seja um ano de execução das promessas feitas. -----

Sempre que houve um orçamento votou, sempre que há elaboração do Orçamento o senhor presidente convida todos os líderes partidários para uma reunião onde o Orçamento é apresentado e é pedido que os líderes apresentem propostas para serem incluídas no Plano e Orçamento. De todas as propostas que apresentou apenas uma foi recusada. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU; **Joana Catarina Martins Machado**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Em 2023 o PS apresentou o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 com grande entusiasmo, promovendo-o como o maior de sempre, apenas um ano depois estamos novamente a debater o que agora sim é o maior orçamento de sempre, com um valor impressionante: 120 milhões 479 mil euros, um aumento mais de 5.5 milhões de euros em relação ao ano anterior. -----

Esta narrativa de recordes financeiros suscita questões pertinentes; ser o maior orçamento é sinónimo de ser o melhor? A dimensão financeira do Orçamento não é por si só um indicador de sucesso e eficácia, o que realmente importa é a capacidade de transformar estes valores em melhorias contínuas e concretas para os munícipes e aqui surge a questão fundamental. -----

Como avaliamos a execução dos Orçamentos anteriores da Câmara Municipal, ao analisarmos os últimos Orçamentos torna-se evidente que a retórica do maior orçamento de sempre nem sempre se traduz em resultados palpáveis, muitas das obras mais emblemáticas do concelho permanecem inacabadas, ou pior ainda nem sequer foram iniciadas apesar de constar repetidamente nos planos orçamentais. -----

Este padrão levanta sérias dúvidas sobre a capacidade de planeamento e execução do executivo camarário, obras que são frequentemente utilizadas como bandeiras políticas, anunciadas com grande pompa e circunstância e continuam paradas, ou ainda em fase inicial de desenvolvimento, esta falta de concretização compromete a credibilidade do executivo e coloca em causa a eficiência na gestão de recurso públicos. -----

Afinal, um Orçamento não deve ser apenas um exercício de projeção, mas sim um compromisso com resultados tangíveis, assim o maior Orçamento de sempre em 2025 não deve ser motivo de celebração por si só, mas sim um ponto de partida para uma análise crítica e responsável, apesar desta desconfiança na capacidade de concretização do executivo, e tendo em consideração as obras relevantes nele inscritas, abstiveram-se com a expectativa de que este Orçamento seja de facto um compromisso com o progresso e não apenas mais um plano que ficará por cumprir. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Em 2021 o PAN foi eleito para esta Assembleia Municipal com o sentido de criar pontos tanto com o executivo como com as estratégias dos restantes grupos municipais, assumir uma postura responsável e construtiva fez e fará sempre a defesa dos nossos ideais. -----

Perante as escolas, políticas em Valongo, a perspetiva do PAN é investir nas áreas ambientais e nas causas animais, de modo que a qualidade de vida dos nossos munícipes seja melhorada, aliando estes três pilares temos de criar um novo paradigma na vida dos valonguenses. -----

Ao fim de 3 anos do ciclo político municipal chegamos à conclusão de que a estratégica deste executivo não é melhorar o dia a dia dos nossos munícipes, deparamo-nos com uma maior preocupação com a imagem do próprio executivo do que as ideias que possam ser disruptivas dos problemas existentes. -----

Verificamos isso quando Valongo recebeu o premio ambiental European Green Leaf 2022, ao mesmo tempo que ocupou um dos principais museus ambientais, a serra da Santa Justa com escadarias artificiais, negligenciando as marcas históricas e ambientais já existentes. -----

É maior a preocupação inaugurar obras que otimizar os meios para as realizar, muitos foram os exemplos que testemunhamos nestes 3 anos e que acreditamos que não fiquem por aqui. -----

A este executivo temos de reconhecer o mérito de fazer o que os outros fazem, usufruir ao máximo dos fundos de financiamento, é desta forma que as escolas são renovadas, que a habitação social é reforçada e que a cultura continua a ter espaço onde se manifestar. -----

Esperamos agora é que este executivo não faça o que os outros fazem, manutenção, não é necessário construir, há que manter em boas condições aquilo que é construído num território com elevada mobilidade por transporte próprio, as vias rodoviárias são o principal sinal de que a manutenção realizada não é adequada, se a frequência do dano é maior então a frequência da reparação terá de ser correspondente. -----

Nas áreas ambiental e animal esperávamos muito mais deste orçamento, a proteção animal continua a ser uma questão varrida para debaixo do tapete, não há preocupação na gestão da fauna do município e nem sequer vemos sensibilidade para com esta causa. -----

Na causa ambiental vemos o mesmo de sempre investimento no usufruto do que a natureza nos dá e desprezo pela sua conservação e regeneração, dos vários investimentos previstos neste Orçamento não nos convencem como investir na biblioteca e no estádio municipal que um dia mais tarde vão acabar por ser demolidos. -----

Na gestão e limpeza urbana verificamos uma situação pior do que aquela que tínhamos em 2021 ao se dar um passo maior que a perna na recolha seletiva e eliminação de ecopontos, mantendo os mesmos meios contratados o resultado é a acumulação de resíduos nas ruas de Valongo, ou seja, do município, o problema cresce e a solução deste executivo é só esperar. -----

À espera também estão os vários locais públicos para que sejam limpos e higienizados e que só prejudica a imagem do nosso concelho, nem o aumento do valor atribuído desta rubrica no orçamento faz com que a situação melhore. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Nas moções que foram apresentadas pelo PAN e aprovadas nesta assembleia o executivo a única coisa que fez foi colocá-las na gaveta, talvez se inspirem nelas nas ações que ainda pretendem fazer neste mandato e que coloquem apenas o rotulo da ideia exclusiva do município. -----

Este executivo muito se autoelogia sobre a democracia que respira, uma democracia que ouve pensamentos e frentes sem ter dado ouvidos, como se uma parede se tratasse. -----

O PAN deu três oportunidades a este executivo para se aproximar dos nossos ideais, três oportunidades falhadas, não podemos fazer sempre o mesmo e esperar um resultado diferente, esta é uma lição que o executivo não entende, o nosso voto é contra a estratégia do exibicionismo, Valongo merece a humildade de trabalhos políticos reforçado sem pedidos de nada em troca, Valongo merece melhor. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.2 - Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública e Versão Final da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Valongo (PDMV). -----

O membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que estão a falar de um dos documentos mais importante na gestão municipal, trata-se de um documento estratégico de planeamento e ordenamento do território, sintetiza uma série de condicionamentos, servidões impostas por diversas entidades, definição de zoas de Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional. -----

Neste plano estão vertidas orientações estratégicas, critérios e políticas, tando de definição nacional como de caracter municipal, à semelhança do próprio território e das constantes inovações técnicas, de novas metodologias, forma de entender o território, novas disposições legais. -----

Trata-se de um documento dinâmico e pode, em caso de necessidade, sofrer as devidas alterações para garantir a sua aplicabilidade, respeitando sempre os eixos definidos e objetivos, contrariando lógicas antigas. ---

Este executivo decidiu proceder à segunda revisão do PDM num processo inédito de participação de muitas entidades, associações locais, de munícipes de várias fchas etárias e aberto à comunidade durante o período de consulta pública. -----

O plano apresentado é o resultado da conciliação de todas as orientações nacionais, regionais e imposições legais, compactadas por uma equipa técnica diversa. -----

O seu objetivo fundamental e central é conseguir um concelho mais equilibrado, mais habitável, mais justo, é uma ferramenta essencial para decisores políticos, urbanísticos, arquitetos e outros intervenientes diretos no território. -----

Afeta a imagem e o ambiente do concelho, a qualidade de vida de todos os munícipes, no seguimento dessa premissa foi entendido, pelo executivoutilizar esta revisão como oportunidade de desenvolvimento do território, preparando-o para os novos desafios políticos, económicos e ambientais, traçando uma estratégia de continuidade urbana, com núcleos urbanos multipolares para construção e coesão do território. -----

Pretende a valorização dos recursos naturais, das serras, nomeadamente o Parque das Serras do Porto, a floresta autóctone, as minas romanas e a diversidade, promover a coesão social, territorial e a qualificação urbana, reforçar as condições para o desenvolvimento de parques empresariais, promover uma política pública



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

de habitação, promover a mobilidade, reforçar as preocupações com a sustentabilidade e alterações climáticas com a sua mitigação. -----

Reestruturação da utilização dos espaços agrícolas, florestais e de recursos naturais, espaços residenciais e de equipamentos coletivos, espaços de atividade económica, parques e espaços verdes de forma a respeitar as diferentes aptidões do solo. -----

Atualizar as redes de infraestruturas públicas para os próximos anos de forma a reforçar a qualidade de vida da comunidade. -----

Definir a programação das intervenções urbanísticas de forma a concretizar as prioridades estratégicas, tendo em conta as disponibilidades e oportunidades financeiras. -----

É um plano que permite orientar Valongo para o futuro melhorando a qualidade de vida dos seus cidadãos e respeitando os recursos naturais do território, garantindo o equilíbrio e respeito mútuo entre o ambiente natural e o ambiente edificado. -----

O Grupo Municipal do PS congratula o executivo pela revisão do documento, tão essencial para a eficácia da gestão e desenvolvimento do território de Valongo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 - Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública e Versão Final da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Valongo (PDMV), tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 23 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidente das Juntas de Freguesia. -----

Abstenção: 7 abstenções, sendo: 5 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 - Contração de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 870.000,00€ (oitocentos e setenta mil euros) para financiamento da aquisição do terreno da Casa da Democracia Local, ao abrigo do n.º 1 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual – Adjudicação, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 21 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidente das Juntas de Freguesia. -----

Contra: 5 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Abstenção: 4 abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, fez a seguinte **Declaração de Voto**:

O BE votou favoravelmente a contratação do empréstimo a médio e longo prazo no montante de 870.000,00€, para que a Câmara Municipal de Valongo possa liquidar os custos de liquidação do terreno com vista a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

implementação do projeto total da casa da democracia, evitando ao máximo o aumento de custos se adiada a solução. -----

No entanto registamos algumas críticas ao processo nomeadamente o facto de não terem sido acautelados os interesses do município face aos interesses privados em valorizar o referido terreno, a Câmara Municipal de Valongo deveria ter diligenciado uma resolução para aquisição no início do processo quando a avaliação era, certamente, menor. -----

Alertamos para o facto de capacidade de endividamento da Câmara ir ficando reduzida para investimentos futuros e não podem descurar as necessidades de investimento, nomeadamente na habitação necessária e urgente no município de Valongo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou á discussão o ponto 2.4 - Proposta de celebração de Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 21 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidente das Juntas de Freguesia. -----

Contra: 1 voto contra do Grupo Municipal da CDU. -----

Abstenção: 8 abstenções, sendo: 5 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Grupo Municipal do BE. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

São três razões fundamentais pelas quais votamos contra pelo presente Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros, explorado pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto. -----

Em primeiro lugar pela persistência da redução dos STCP ao concelho do Porto mantendo-se limitações das suas operações nos seus concelhos limítrofes. -----

Em segundo lugar o endividamento crescente da empresa para renovação da frota e, portanto, os municípios que são os seus acionistas o que determina que mais do que investir na melhoria do serviço publico o dinheiro será para pagar os juros à banca. -----

Por último parecem que são sérios os riscos, as condições de trabalho são cada vez mais precárias que servirão para a degradação do serviço prestado, resumidamente este modelo não serve a região, é preciso alargar a STCP para salvaguardar a qualidade, fiabilidade e conforto do seu serviço, valorizar e respeitar trabalhadores. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à apreciação o ponto 3. - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Colocou de seguida à votação a aprovação as minutas dos pontos 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____